



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ

PROVA OBJETIVA – CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE QUESTÕES

GUARDA MUNICIPAL

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no concurso público.

2. O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:

Amanhã será um lindo dia.

3. O candidato deverá conferir a quantidade de questões presente neste caderno.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do concurso público no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Confiança do consumidor cai e ameaça empregos

Pessimismo das famílias pode reduzir consumo e pressionar empresas neste segundo semestre

A confiança dos consumidores brasileiros caiu pelo quarto mês consecutivo em agosto. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 3,6 pontos, para 84,7 pontos, o menor nível desde novembro de 2022. O resultado mostra que as famílias estão mais pessimistas tanto sobre o momento atual quanto sobre os próximos meses.

O principal problema está nas expectativas. O indicador, que mede a percepção dos consumidores sobre o futuro, caiu 5,4 pontos, para 86,1 pontos. A disposição para comprar bens duráveis, como móveis, eletrodomésticos e outros produtos de maior valor, despencou 10 pontos, para 74,7 pontos, o menor nível desde julho de 2022.

Confiança: menos consumo; mais pressão e riscos

O cenário preocupa, porque o consumidor menos confiante tende a adiar compras e controlar mais os gastos. Segundo a FGV, o movimento reflete as dificuldades financeiras das famílias, marcadas por endividamento e inadimplência elevados em um ambiente de juros altos.

Essa retração pode atingir diretamente o comércio e a indústria. Se as empresas vendem menos, começam a reduzir estoques, investimentos e, em alguns casos, custos com pessoal.

Risco para os empregos

O dado ganha ainda maior importância porque o mercado de trabalho brasileiro continua forte. A própria FGV ressalta, porém, que a sequência de quedas na confiança pode sinalizar uma desaceleração do consumo das famílias no segundo semestre.

Na prática, existe o risco de uma reação em cadeia: consumidores mais cautelosos compram menos, empresas faturam menos, e negócios pressionados podem reduzir contratações ou até cortar postos de trabalho.

O indicador, portanto, não significa que haverá uma onda imediata de demissões. Mas funciona como um sinal de alerta para a economia. Se o pessimismo persistir e o consumo perder força, a manutenção do emprego pode se tornar mais difícil nos próximos meses.

Fonte: BOUÉRI, Fábio. *Confiança do consumidor cai e ameaça empregos*.

<https://revistaoeste.com/economia/confianca-do-consumidor-cai-e-ameaca-empregos/> (adaptado).

01. De acordo com o texto I, pode-se afirmar que:

- a) O principal problema do cenário anunciado no texto I é a queda no consumo dos brasileiros, o que faz com que, consequentemente, sua expectativa seja pessimista.
- b) Apesar de haver um sentimento de pessimismo, notou-se melhora na disposição dos consumidores brasileiros para adquirirem bens duráveis, como móveis e eletrodomésticos.

- c) A dificuldade financeira das famílias, marcada por endividamento e inadimplência, leva direta e consequentemente ao corte de postos de trabalho.
- d) O pessimismo atual no grau de confiança dos brasileiros tem se mostrado constante, o que tende a prejudicar o consumo das famílias a curto prazo, gerando efeitos econômicos negativos em cadeia.
- e) Como o mercado de trabalho brasileiro não se encontra forte, o pessimismo quanto ao cenário econômico contagiou os consumidores brasileiros.

02. Analise as afirmações abaixo sobre a natureza e a estrutura de criação do texto I antes de julgar o que se pede.

- I. Nota-se a presença do uso de uma linguagem formal e objetiva sobre a temática abordada, além da prevalência do discurso direto nos períodos.
- II. Para embasar a linha de raciocínio sobre a temática abordada, o autor do texto I prescindiu de dados empíricos a respeito do cenário econômico brasileiro.
- III. Observa-se que, juntamente à tipologia expositiva, o autor do texto se valeu, em alguns momentos, de uma linha descritiva, a fim de caracterizar a ideia de pessimismo sobre expectativas dos consumidores brasileiros.
- IV. Essencialmente, o texto em destaque possui estrutura de elaboração impessoal e objetiva quanto ao assunto abordado, o que faz com que se caracterize, enquanto gênero, como Notícia.

Pode-se afirmar que se encontra correto o que foi dito acima somente em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

03. “Na prática, existe o risco de uma reação em cadeia: consumidores mais cautelosos compram menos, empresas faturam menos, e negócios pressionados podem reduzir contratações ou até cortar postos de trabalho.” A partir do fragmento exposto acima, assinale a alternativa cuja reescrita tenha mantido o valor semântico, bem como o respeito à norma-padrão da Língua Portuguesa.

- a) Na prática, há o risco de uma reação em cadeia: se consumidores mais céticos compram menos, isso gera um menor faturamento das empresas, que, por sua vez, não contratarão pessoas e, consequentemente, cortarão postos de trabalho.
- b) Na prática, haverão riscos reais que podem ocorrer em cadeia: consumidores comprarão menos, o que levará a um menor faturamento das empresas, à uma redução de contratações e ao corte de vagas de trabalho.
- c) Em síntese, observa-se riscos de reações em cadeia: menos consumo faz com que hajam menos empresas com faturamento adequado, o que leva à redução de contratações e ao corte de postos de trabalho.
- d) Resumindo, na prática, o que tende a acontecer é um efeito isolado, a partir do qual algumas empresas reduzirão o



faturamento e cortarão postos de trabalho; tudo isso por causa da diminuição do consumo.

e) Em princípio, existem riscos de reações em cadeia: havendo menos consumo, as pessoas comprando menos, as empresas faturando menos e negócios pressionando redução de contratações e cortando vagas de trabalho.

04. Marque a alternativa cuja indicação do processo de formação de palavras esteja incorreta para a expressão em destaque.

- a) “Pessimismo das famílias pode reduzir consumo e pressionar empresas neste segundo semestre” (título) – Derivação regressiva.
- b) “A confiança dos consumidores brasileiros caiu pelo quarto mês consecutivo em agosto.” (1º par.) – Derivação sufixal.
- c) “A disposição para comprar bens duráveis, como móveis, eletrodomésticos e outros produtos de maior valor...” (2º par.) – Composição por Justaposição.
- d) “Segundo a FGV, o movimento reflete as dificuldades financeiras das famílias, marcadas por endividamento e inadimplência elevados em um ambiente de juros altos.” (3º par.) – Derivação prefixal e sufixal.
- e) “Na prática, existe o risco de uma reação em cadeia” (6º par.) – Derivação prefixal.

05. Assinale a alternativa que apresenta palavras retiradas do texto I acentuadas por regra equivalente, segundo o Novo Acordo Ortográfico.

- a) “mês” – “está”.
- b) “Índice” – “duráveis”.
- c) “até” – “haverá”.
- d) “móveis” – “eletrodomésticos”.
- e) “duráveis” – “prática”.

06. De acordo com as regras de Morfologia, assinale a alternativa cujo vocábulo em destaque seja diferente dos demais enquanto Classe de palavra.

- a) “O resultado mostra que as famílias estão mais pessimistas tanto sobre o momento atual quanto sobre os próximos meses.” (1º par.)
- b) “O cenário preocupa, porque o consumidor menos confiante tende a adiar compras e controlar mais os gastos.” (3º par.)
- c) “Confiança: menos consumo; mais pressão e riscos”. (subtítulo)
- d) “Se as empresas vendem menos, começam a reduzir estoques, investimentos e, em alguns casos, custos com pessoal.” (4º par.)
- e) “Se o pessimismo persistir e o consumo perder força, a manutenção do emprego pode se tornar mais difícil nos próximos meses.” (7º par.)

07. Analise as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

() Em “O resultado mostra que as famílias estão mais pessimistas tanto sobre o momento atual quanto sobre os próximos meses.” (1º par.), nota-se que a conjunção integrante

em destaque inicia uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

() Em “Segundo a FGV, o movimento reflete as dificuldades financeiras das famílias...” (3º par.), há em destaque um Substantivo exercendo função sintática de núcleo do Sujeito.

() Em “O dado ganha ainda maior importância porque o mercado de trabalho brasileiro continua forte.” (5º par.), há em destaque uma oração subordinada adverbial consecutiva.

() Em “Na prática, existe o risco de uma reação em cadeia...” (6º par.), o termo em destaque exerce a função sintática de complemento verbal de “existe”.

() Em “O indicador, portanto, não significa que haverá uma onda imediata de demissões.” (7º par.), percebe-se que o verbo em destaque se encontra na terceira pessoa do singular por fazer concordância verbal com o Sujeito simples “onda imediata de demissões”.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) V – V – F – F – F.
- b) F – F – F – F – F.
- c) V – F – V – V – V.
- d) V – V – F – V – V.
- e) F – V – F – F – F.

08. Leia os períodos abaixo antes de responder ao que se pede.

I. “O cenário preocupa, porque o consumidor menos confiante tende a adiar compras e controlar mais os gastos.” (3º par.)

II. “A própria FGV ressalta, porém, que a sequência de quedas na confiança pode sinalizar uma desaceleração do consumo das famílias no segundo semestre.” (5º par.)

III. “O indicador, portanto, não significa que haverá uma onda imediata de demissões.” (7º par.)

Assinale a alternativa que apresenta, pela ordem, elementos coesivos de mesma natureza semântica das expressões em destaque em cada período acima.

- a) “haja vista” – “embora” – “entretanto”.
- b) “uma vez que” – “contudo” – “todavia”.
- c) “pois” – “por isso” – “por conseguinte”.
- d) “conforme” – “em contrapartida” – “logo”.
- e) “porquanto” – “todavia” – “pois”.

09. “O cenário preocupa, porque o consumidor menos confiante tende a adiar compras e controlar mais os gastos.” No excerto anterior, nota-se em destaque uma preposição utilizada pelo critério da Regência verbal. Adaptando-se esse fragmento a fim de que ele possa receber o sinal indicativo de Crase, a alternativa cuja reescrita se encontra adequada, segundo as regras gramaticais, faz-se presente em:

- a) “... tende a gastar descontroladamente”
- b) “... tende à qualquer compra desmesurada”
- c) “... tende à alguma compra sem controle”
- d) “... tende à esta compra adiada”
- e) “... tende à ganância exagerada”



10. Assinale a alternativa que contenha, à frente da transcrição do excerto, uma justificativa correta para o emprego do sinal de pontuação.

- a) “O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 3,6 pontos...” (1º par.) – as vírgulas isolam um Aposto explicativo.
- b) “O indicador, que mede a percepção dos consumidores sobre o futuro, caiu 5,4 pontos...” (2º par.) – as vírgulas isolam uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- c) “Segundo a FGV, o movimento reflete as dificuldades financeiras das famílias...” (3º par.) – a vírgula marca o deslocamento de um Adjunto adnominal em relação à ordem frasal direta.
- d) “Se as empresas vendem menos, começam a reduzir estoques...” (4º par.) – a vírgula foi utilizada para destacar uma oração principal anteposta em relação à oração subordinada adverbial condicional.
- e) “Na prática, existe o risco de uma reação em cadeia: consumidores mais cautelosos compram menos, empresas faturam menos, e negócios pressionados podem reduzir contratações ou até cortar postos de trabalho.” (6º par.) – o sinal de dois-pontos foi utilizado para anunciar uma enumeração de termos de mesma função sintática.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. Observe a sequência numérica, formada segundo a regra de que cada termo, a partir do segundo, é obtido multiplicando o termo anterior por 2 e adicionando 2: 2, 6, 14, 30, 62, ...

De acordo com essa regra, o décimo termo é:

- a) 310
b) 622
c) 1248
d) 2046
e) 3054

12. Considere a equação: $4x^2 + 8x - 12 = 0$. O produto dos cubos de suas raízes é igual a:

- a) 15
b) -6
c) -27
d) 9
e) -35

13. Em uma instituição pública, a situação funcional de dois servidores é utilizada como contexto para uma análise de lógica proposicional. Considere a proposição: “Se César é estatutário, então Diana é celetista.”

A negação lógica dessa proposição é:

- a) César é estatutário e Diana não é celetista.
b) César não é estatutário e Diana é celetista.
c) César não é estatutário ou Diana não é celetista.
d) Se César não é estatutário, então Diana não é celetista.
e) César é estatutário ou Diana não é celetista.

14. Em determinada repartição pública, 5 funcionários, com a mesma produtividade média, analisam 60 processos durante uma jornada de 8 horas. Mantendo-se a mesma produtividade média por funcionário e a jornada de 8 horas, quantos processos serão analisados por 8 funcionários nesse período?

- a) 50
b) 65
c) 70
d) 87
e) 96

15. Em uma papelaria, o preço de um kit escolar é calculado de acordo com a quantidade de cadernos adquiridos. No Kit A, o cliente paga uma taxa fixa de R\$ 24,00 mais R\$ 8,00 por caderno. No Kit B, paga uma taxa fixa de R\$ 60,00 mais R\$ 4,00 por caderno. Considerando *C* como a quantidade de cadernos, para qual valor de *C* os preços dos dois kits serão iguais?

- a) 6
b) 8
c) 9
d) 10
e) 12

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

16. Uma instituição de ensino mantém documentos administrativos em computadores com Windows e Linux. Em um computador com Windows, o Explorador de Arquivos está configurado para ocultar extensões de tipos de arquivo conhecidos. Nesse equipamento, encontra-se um arquivo denominado relatorio.pdf.exe, cuja extensão final é .exe. Em outro computador, com Linux, existe um arquivo denominado relatorio.pdf, embora seu conteúdo não corresponda ao formato PDF. Considerando as situações descritas e as características gerais desses sistemas operacionais, assinale a alternativa tecnicamente correta.

- a) A extensão .pdf presente no nome do primeiro arquivo impede sua execução como programa, pois o Windows considera prioritariamente a primeira extensão identificada.
- b) A identificação do tipo de arquivo pelo Linux depende exclusivamente da extensão apresentada, razão pela qual um arquivo terminado em .pdf será necessariamente interpretado como documento PDF válido.
- c) A ocultação de extensões no Windows altera o formato interno dos arquivos, convertendo executáveis em documentos quando o nome apresentado termina visualmente em .pdf.
- d) A aparência do nome de um arquivo não assegura a correspondência entre sua extensão e seu conteúdo; no Windows, a ocultação de extensões conhecidas pode dificultar a identificação visual de arquivos executáveis com nomes enganosos.



e) A presença de duas extensões no nome de um arquivo determina, por si só, que o sistema operacional impedirá sua abertura até que uma delas seja removida.

17. Uma coordenação escolar utiliza o Microsoft Excel, configurado para funções em português, para verificar a situação de estudantes em determinada atividade avaliativa. Na célula D2 foi inserida a fórmula:

=SE(E(B2>=60;C2>=75);"APTO";"NÃO APTO")

As células B2 e C2 contêm, respectivamente, a pontuação obtida e o percentual de frequência do estudante. A planilha apresenta os seguintes registros:

Estudante 1: pontuação 60; frequência 74.

Estudante 2: pontuação 59; frequência 80.

Estudante 3: pontuação 60; frequência 75.

Estudante 4: pontuação 75; frequência 75.

A fórmula de D2 é reproduzida nas linhas correspondentes aos quatro estudantes, mantendo-se a lógica original e o ajuste usual das referências relativas. À vista da expressão utilizada, examine as afirmativas.

I. O primeiro estudante será classificado como "NÃO APTO", embora tenha alcançado a pontuação mínima exigida.

II. O segundo estudante será classificado como "APTO", pois a frequência superior ao limite compensa a pontuação inferior a 60.

III. O terceiro e o quarto estudantes serão classificados como "APTO", uma vez que ambos satisfazem simultaneamente as condições estabelecidas.

IV. A substituição da função E pela função OU, sem modificar as comparações, preservaria os resultados dos quatro estudantes.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

18. Um servidor de uma instituição de ensino recebe uma mensagem que aparenta ter sido encaminhada por uma plataforma educacional regularmente utilizada. O correio eletrônico apresenta identificação visual semelhante à original e contém um link para atualização cadastral. Ao acessar o endereço por iniciativa própria, digitando no navegador o domínio institucional previamente conhecido, o servidor verifica que não existe qualquer solicitação pendente. Posteriormente, a equipe de tecnologia constata que a mensagem suspeita utilizava um endereço de remetente visualmente semelhante ao legítimo e direcionava o destinatário a uma página fraudulenta que apresentava conexão HTTPS válida. Considerando os mecanismos de navegação e os riscos relacionados à engenharia social, é incorreto concluir que:

a) A utilização de um domínio visualmente semelhante ao legítimo pode integrar uma tentativa de induzir o usuário a confiar em uma página controlada por terceiros.

b) A presença de conexão HTTPS indica proteção criptográfica da comunicação com o servidor acessado, mas não comprova, isoladamente, que a organização responsável pela página seja aquela que o usuário pretendia acessar.

c) A apresentação de certificado válido para o domínio acessado comprova que a solicitação recebida por correio eletrônico foi emitida pela instituição legítima, ainda que o endereço seja diferente do domínio institucional conhecido.

d) A consulta direta ao endereço institucional previamente conhecido, sem utilizar o link da mensagem suspeita, constitui procedimento adequado para verificar a existência da solicitação.

e) A semelhança visual entre a página fraudulenta e a plataforma verdadeira pode contribuir para o sucesso de uma tentativa de phishing, mesmo quando a conexão utiliza criptografia.

19. Durante a preparação de um relatório institucional extenso, uma servidora utiliza um editor de texto que oferece estilos de parágrafo, títulos hierarquizados e geração automática de sumário. O documento contém capítulos, seções e subseções, além de alterações frequentes na redação e na distribuição das páginas. A servidora pretende manter o sumário consistente com a estrutura do documento e reduzir a necessidade de corrigir manualmente títulos e números de página sempre que ocorrerem modificações. Entre os procedimentos apresentados, aquele que oferece a solução mais adequada é:

a) Aplicar exclusivamente formatação visual aos títulos, utilizando negrito e aumento de fonte, pois a aparência diferenciada assegura sua identificação automática como entradas hierarquizadas do sumário.

b) Aplicar estilos apropriados aos diferentes níveis de títulos e utilizar o recurso de sumário automático, atualizando-o quando ocorrerem alterações relevantes no documento.

c) Inserir os títulos e números de página em uma tabela independente no início do arquivo, pois a estrutura tabular mantém automaticamente a correspondência com a paginação do texto principal.

d) Utilizar quebras de página antes de cada título, pois a separação física dos capítulos faz com que o editor reconheça automaticamente todos os níveis hierárquicos.

e) Criar marcadores de lista numerada para os capítulos e inserir manualmente as páginas correspondentes, pois a numeração automática das listas atualiza também, necessariamente, as referências de paginação.

20. Uma instituição de ensino utiliza um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para organizar atividades, disponibilizar materiais e registrar o desempenho dos estudantes. Durante uma revisão dos procedimentos internos, a equipe identifica que determinados recursos permitem configurar diferentes perfis de acesso para professores, estudantes e responsáveis pela administração da plataforma. Para reduzir a exposição indevida de informações e preservar a funcionalidade



pedagógica do ambiente, são discutidas as seguintes medidas:

I. Restringir a consulta aos relatórios individuais de desempenho aos usuários cujas atribuições autorizadas exijam acesso a essas informações, conforme as permissões estabelecidas pela instituição.

II. Considerar que a autenticação de um usuário na plataforma não implica, por si só, autorização para consultar todos os registros existentes no ambiente.

III. Permitir que todos os estudantes autenticados na plataforma consultem os relatórios individuais dos demais integrantes da turma, independentemente de autorização específica, uma vez que o uso de credenciais pessoais permite identificar o responsável por cada acesso.

IV. Revisar periodicamente as permissões atribuídas aos diferentes perfis, especialmente quando houver mudança de função ou encerramento de vínculo com a instituição.

Diante das medidas apresentadas, assinale a alternativa que reúne exclusivamente aquelas compatíveis com boas práticas de controle de acesso e proteção das informações.

- a) I e II, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. A trajetória administrativa de Conceição do Coité apresenta particularidades que exigem distinguir a criação da freguesia, a elevação à categoria de vila e as reorganizações ocorridas no início da década de 1930. A interpretação dessa trajetória demanda atenção não apenas às datas, mas também à natureza jurídica dos atos que alteraram a organização territorial. Considere os seguintes acontecimentos:

I. Criação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, pela Lei Provincial nº 539, de 9 de maio de 1855.

II. Elevação de Conceição do Coité à categoria de vila, em dezembro de 1890.

III. Edição do Decreto Estadual nº 7.479, de 8 de julho de 1931, relacionado à reorganização municipal que instituiu Jacuípe.

IV. Edição do Decreto Estadual nº 8.528, de 7 de julho de 1933, que restabeleceu a denominação Conceição do Coité.

Qual alternativa apresenta a sequência cronológica correta desses acontecimentos, do mais antigo ao mais recente?

- a) I – III – II – IV.
- b) II – I – III – IV.
- c) I – II – IV – III.
- d) I – II – III – IV.
- e) II – III – I – IV.

22. A localização de Conceição do Coité no Território de Identidade do Sisal deve ser compreendida a partir de suas relações territoriais com os municípios vizinhos. A proximidade econômica ou a participação em uma mesma

região de planejamento, entretanto, não substitui o conhecimento dos limites municipais efetivos. Considerando a descrição geográfica dos municípios confrontantes de Conceição do Coité, assinale a alternativa em que as três associações de direção e município estão integralmente corretas.

- a) Norte – Retirolândia; oeste – Riachão do Jacuípe; sudeste – Ichu.
- b) Norte – Santa Luz; oeste – Riachão do Jacuípe; sudeste – Ichu.
- c) Norte – Retirolândia; oeste – Santa Luz; sudeste – Serrinha.
- d) Norte – Retirolândia; oeste – Riachão do Jacuípe; sudeste – Araci.
- e) Norte – Santa Luz; oeste – Ichu; sudeste – Riachão do Jacuípe.

23. A economia de Conceição do Coité está historicamente associada à cultura do sisal, atividade que integra uma cadeia produtiva regional composta por diferentes municípios. Em levantamento da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), referente ao ano de 2014, foram registradas as seguintes participações na produção de sisal do Território de Identidade do Sisal: Conceição do Coité: 24,7%; Araci: 20,0%; Santa Luz: 15,5%. Um pesquisador utilizou os dados para examinar a concentração da produção agrícola e a posição relativa de Conceição do Coité. Considerando exclusivamente os percentuais apresentados, qual conclusão é matematicamente correta e compatível com a distribuição registrada?

- a) A produção conjunta de Araci e Santa Luz representou menos de um terço do total territorial, embora tenha superado individualmente a participação de Conceição do Coité.
- b) A participação de Conceição do Coité correspondeu a mais de 40% da produção acumulada pelos três municípios relacionados, mantendo-se inferior à soma das participações de Araci e Santa Luz.
- c) A diferença entre Conceição do Coité e Araci foi superior à diferença entre Conceição do Coité e Santa Luz, mas ambas permaneceram abaixo de dez pontos percentuais.
- d) A produção conjunta de Conceição do Coité e Araci ultrapassou metade do total territorial, enquanto a participação de Santa Luz foi inferior a um sexto da produção conjunta dos três municípios.
- e) Conceição do Coité apresentou participação superior à soma das produções de Araci e Santa Luz, embora os três municípios, conjuntamente, não tenham alcançado dois terços do total territorial.

24. Em fevereiro de 2026, a administração municipal de Conceição do Coité divulgou um levantamento sobre a estrutura da rede de ensino, informando a existência de 69 unidades educacionais, das quais 50 eram escolas e 19 creches. Na mesma divulgação, foram mencionadas aproximadamente 10 mil matrículas e uma capacidade global estimada de atendimento entre 12 mil e 14 mil estudantes. Ao analisar os números, uma equipe técnica elaborou três conclusões:



I. A quantidade de escolas superava a de creches em 31 unidades, sendo que as creches representavam aproximadamente 27,5% do conjunto de estabelecimentos educacionais informado.

II. A relação entre o número de matrículas e a capacidade global anunciada permite estimar diferentes níveis de utilização da rede, mas não identifica, isoladamente, a existência de vagas disponíveis em cada etapa de ensino ou unidade escolar.

III. Considerando a estimativa de aproximadamente 10 mil matrículas, a capacidade anunciada entre 12 mil e 14 mil estudantes corresponde a uma faixa equivalente a 120%–140% desse quantitativo de matrículas.

A respeito das conclusões apresentadas, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta, pois a estimativa de capacidade não pode ser comparada ao número aproximado de matrículas.
- b) Apenas II está correta, uma vez que a participação das creches no conjunto da rede é superior a 30%.
- c) Apenas I e III estão corretas, porque a capacidade global permite determinar a disponibilidade efetiva de vagas em cada unidade.
- d) Apenas II e III estão corretas, pois a diferença entre escolas e creches é de 29 unidades.
- e) As três conclusões estão corretas, observada a natureza aproximada dos dados divulgados.

25. A Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Coité divulga, entre os serviços da Atenção Básica, o acompanhamento pré-natal, o atendimento a pessoas com hipertensão e diabetes, a vacinação, a realização do teste do pezinho e ações de prevenção do câncer do colo do útero. Uma equipe de atendimento ao público recebeu quatro solicitações: acompanhamento de uma gestante sem intercorrências; seguimento regular de uma pessoa com hipertensão arterial; realização do teste do pezinho em recém-nascido; e atendimento para rastreamento do câncer do colo do útero. Ao organizar as informações destinadas aos usuários, a equipe considerou as atividades efetivamente divulgadas pelo município e a necessidade de distinguir a oferta institucional do atendimento imediato em qualquer estabelecimento. Assinale a orientação que corresponde adequadamente à relação de serviços publicada pela Secretaria Municipal de Saúde de Conceição do Coité.

- a) O acompanhamento pré-natal e o seguimento da hipertensão integram os serviços divulgados pela Atenção Básica, enquanto o teste do pezinho e o rastreamento do câncer do colo do útero devem ser considerados procedimentos externos à relação municipal.
- b) O acompanhamento pré-natal, o teste do pezinho e o rastreamento do câncer do colo do útero constam da relação divulgada, mas o acompanhamento regular de hipertensão depende exclusivamente de serviço especializado, não figurando entre as atividades da Atenção Básica municipal.
- c) As quatro demandas correspondem a atividades divulgadas pela Atenção Básica municipal, sem que isso permita concluir que todos os procedimentos estejam disponíveis,

simultaneamente, em qualquer unidade ou horário de atendimento.

d) As quatro demandas constam da relação municipal, razão pela qual sua execução deve ocorrer necessariamente na mesma unidade de saúde, independentemente da organização territorial dos serviços.

e) O teste do pezinho e o acompanhamento da hipertensão integram os serviços divulgados, mas o pré-natal e o rastreamento do câncer do colo do útero são atividades não incluídas na relação apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde.

26. A história da Micareta de Conceição do Coité revela transformações nas formas de celebração popular e na organização de um dos eventos festivos mais conhecidos do município. A manifestação, que remonta a 1923, possui registros relacionados à antiga Micareme e à incorporação posterior de diferentes atrações e formatos de participação popular. Considerando os registros históricos divulgados pela Prefeitura, julgue os itens como verdadeiros (V) ou falsos (F).

() A denominação Micareme está associada às primeiras manifestações da festa, cuja realização histórica ocorria após a Quaresma, com início no Sábado de Aleluia.

() Os registros históricos da festa mencionam a presença de marchinhas, mascarados e cavaleiros, elementos associados às formas tradicionais de participação popular.

() A denominação Coité Folia identifica uma etapa posterior da trajetória festiva, não correspondendo ao nome registrado para a primeira edição de 1923.

() A incorporação de atrações musicais e a ampliação da dimensão econômica do evento significaram o desaparecimento da participação de artistas locais na programação festiva.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) V – F – V – F.
- b) V – V – F – F.
- c) F – V – V – F.
- d) V – V – V – F.
- e) V – V – F – V.

27. A rede socioassistencial de Conceição do Coité compreende equipamentos destinados a diferentes modalidades de atendimento. Entre os serviços identificados pela administração municipal encontram-se o CRAS Matadouro/Pampulha, o CRAS Alto da Colina/Mansão, o CREAS e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Em uma ação de atualização das informações destinadas à população, foram registradas as seguintes associações:

I. CRAS Matadouro/Pampulha — Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

II. CREAS — Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e acompanhamento socioassistencial de adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto.

III. CRAM — Acolhimento e atendimentos psicológico, social e jurídico destinados a mulheres em situação de violência.



IV. CRAS Alto da Colina/Mansão — Execução do PAEFI e acompanhamento especializado de adolescentes em cumprimento de liberdade assistida.

Ao conferir as associações com a organização dos serviços divulgada pelo município, a equipe deverá considerar corretas:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

28. Em junho de 2026, o Governo do Estado da Bahia divulgou informações sobre a execução da primeira etapa do Sistema de Esgotamento Sanitário de Conceição do Coité, empreendimento conduzido pela Embasa. A publicação mencionou a implantação prevista de aproximadamente 70 quilômetros de redes coletoras, além da execução, até aquele momento, de cerca de 17 quilômetros de redes e mais de 1.600 ramais prediais. A primeira etapa contemplava bairros como Alto da Colina, Barreiros, Centro, Cruzeiro, Pampulha e Vila Toide. Considerando os dados divulgados naquela ocasião, analise as seguintes conclusões:

I. A extensão de aproximadamente 17 quilômetros de redes executadas correspondia a menos de um quarto da extensão total de 70 quilômetros prevista para a etapa.

II. A existência de mais de 1.600 ramais prediais executados não permite concluir, isoladamente, que todos os imóveis abrangidos pelo empreendimento já estivessem conectados a um sistema de coleta e tratamento plenamente operacional.

III. A previsão de atendimento aos bairros mencionados permite afirmar que, em junho de 2026, a primeira etapa já havia assegurado cobertura integral de esgotamento sanitário a todos os imóveis dessas localidades.

IV. A execução das redes coletoras e dos ramais prediais representa componentes distintos do empreendimento, de modo que a quantidade de ramais não pode ser utilizada como substituta da medição da extensão de redes implantadas.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II e IV, apenas.

29. Uma comissão municipal de Conceição do Coité iniciou estudos destinados à reorganização territorial de determinadas localidades. A proposta envolve a criação de um distrito, a definição de suas divisas e a identificação das condições mínimas exigidas para a povoação que funcionará como sede distrital. Durante os trabalhos, surgiram divergências sobre a necessidade de observância da legislação estadual, os equipamentos públicos exigidos e os critérios para descrição dos limites territoriais. Considerando especificamente as disposições da Lei Orgânica do Município, assinale a alternativa que

apresenta a solução juridicamente adequada para a proposta.

a) A criação do distrito depende de lei municipal, observada a legislação complementar estadual específica, exigindo-se, além dos demais requisitos legais, pelo menos cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial na povoação sede; na fixação das divisas, deve-se dar preferência às linhas retas, com descrição detalhada das coordenadas geográficas.

b) A criação do distrito depende de lei municipal, observada a legislação complementar estadual específica, exigindo-se pelo menos cinquenta moradias e escola pública na povoação sede; a existência de posto de saúde e posto policial poderá ser suprida por serviços localizados em outros distritos.

c) A criação do distrito depende de lei municipal, sendo dispensável a observância da legislação complementar estadual quando a povoação sede apresentar os equipamentos públicos exigidos; as divisas deverão ser descritas mediante coordenadas geográficas.

d) A criação do distrito depende de lei municipal, observada a legislação complementar estadual específica, mas a exigência de cinquenta moradias poderá ser substituída pela demonstração de crescimento populacional; na fixação das divisas, deverão prevalecer os limites naturais, ainda que existam coordenadas geográficas disponíveis.

e) A criação do distrito depende de lei municipal e do atendimento aos requisitos relativos à povoação sede, devendo as divisas ser descritas trecho a trecho, inclusive com repetição integral dos limites municipais nos trechos coincidentes, para assegurar a individualização territorial.

30. A administração municipal de Conceição do Coité pretende implementar um conjunto de medidas que inclui a reorganização de serviços públicos locais, a disciplina de operações de carga e descarga em vias municipais e a instituição de regras para utilização de logradouros públicos. No exame da proposta, foram apresentadas as seguintes afirmações:

I. A organização e a prestação de serviços públicos locais podem ocorrer diretamente pelo Município ou sob regime de concessão ou permissão, incluindo-se o transporte coletivo, reconhecido como serviço de caráter essencial.

II. A disciplina das operações de carga e descarga e a fixação da tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive nas vicinais cuja conservação seja de competência municipal, integram as atribuições previstas na Lei Orgânica.

III. A regulamentação da utilização de logradouros públicos permite ao Município determinar itinerários e pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo, especialmente no perímetro urbano.

IV. O exercício das competências municipais relativas aos serviços públicos e à ordenação urbana afasta a necessidade de observância da legislação federal pertinente, sempre que a matéria apresentar interesse predominantemente local.

À luz da Lei Orgânica, a combinação de afirmativas corretas é:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.



- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Um Município instituiu programa permanente de segurança urbana, envolvendo patrulhamento preventivo em espaços públicos, ações de policiamento comunitário e compartilhamento de informações com órgãos estaduais. Durante a análise jurídica da proposta, questionou-se se o reconhecimento das Guardas Municipais como integrantes do sistema de segurança pública permitiria o exercício de atribuições tradicionalmente desempenhadas por outras instituições policiais. Considerando a Constituição Federal, a Lei nº 13.675/2018 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A integração das Guardas Municipais ao SUSP autoriza o exercício das funções de polícia judiciária em ocorrências restritas ao território municipal, desde que haja comunicação posterior à Polícia Civil.
- b) O exercício de policiamento ostensivo pelas Guardas Municipais depende de delegação permanente da Polícia Militar, pois a autonomia municipal não compreende a organização de ações próprias de segurança urbana.
- c) A inclusão das Guardas Municipais no SUSP possui efeitos exclusivamente administrativos, não alcançando o reconhecimento de atribuições de policiamento comunitário ou preventivo.
- d) As Guardas Municipais podem exercer ações de segurança urbana, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública, excluídas as funções de polícia judiciária e observados os mecanismos constitucionais de controle.
- e) A atuação preventiva das Guardas Municipais permanece limitada à proteção física de instalações e bens patrimoniais, sendo incompatível com intervenções destinadas diretamente à proteção de pessoas.

32. A estruturação dos mecanismos de controle de uma Guarda Municipal deve observar parâmetros legais relacionados à fiscalização disciplinar, à independência institucional e à participação social. Em determinado Município, a proposta de reorganização da corporação gerou divergências sobre as competências da corregedoria, da ouvidoria e dos órgãos colegiados de controle social. Com fundamento na Lei nº 13.022/2014, analise as assertivas.

- I. As Guardas Municipais com efetivo superior a cinquenta servidores e todas aquelas que utilizam arma de fogo devem possuir corregedoria, órgão próprio, permanente e autônomo, destinado à apuração de infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.
- II. A ouvidoria deve ser independente em relação à direção da respectiva Guarda Municipal, incumbindo-lhe receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e

denúncias referentes à conduta de dirigentes e integrantes da instituição.

III. A competência disciplinar da corregedoria permite que ela substitua a ouvidoria, desde que exista previsão no regimento interno e seja assegurado ao cidadão o direito de apresentar reclamações.

IV. O Poder Executivo municipal poderá criar órgão colegiado destinado ao controle social das atividades de segurança do Município, à análise da alocação e aplicação dos recursos públicos e ao acompanhamento dos objetivos e metas da política municipal de segurança.

V. A autonomia da corregedoria exige que ela possua personalidade jurídica própria e orçamento desvinculado da Administração Municipal.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) I, II e V.
- e) II, IV e V.

33. Durante patrulhamento em praça pública, uma equipe da Guarda Municipal observou um indivíduo que, ao perceber a aproximação da viatura, mudou de direção e colocou uma das mãos no bolso da jaqueta. Os agentes não visualizaram arma, volume suspeito ou tentativa de sacar qualquer objeto. Também não havia notícia de crime em andamento, denúncia individualizada ou descrição de pessoa procurada. Sem identificar outros elementos objetivos, decidiram realizar busca pessoal exclusivamente em razão da mudança de trajeto e do movimento corporal observado, encontrando substância entorpecente. Considerando o art. 244 do Código de Processo Penal e os parâmetros jurisprudenciais aplicáveis à busca pessoal, indique a alternativa incorreta.

- a) A fundada suspeita deve ser examinada a partir de circunstâncias objetivamente verificáveis, não bastando a invocação genérica de comportamento considerado suspeito.
- b) O reconhecimento das Guardas Municipais como integrantes do sistema de segurança pública dispensa a demonstração de fundada suspeita em revistas pessoais realizadas durante patrulhamento preventivo de logradouros públicos.
- c) A busca pessoal sem mandado judicial pode ocorrer nas hipóteses legalmente previstas, sendo necessária fundada suspeita quando fundamentada na possível posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.
- d) A localização posterior de objeto ilícito não constitui, isoladamente, fundamento capaz de convalidar busca pessoal realizada sem os pressupostos legais exigidos no momento da intervenção.
- e) A avaliação da legalidade da busca deve considerar as informações disponíveis antes da diligência, sem prejuízo da análise de circunstâncias concretas que eventualmente justifiquem medidas estritamente necessárias à segurança de uma intervenção legítima.



34. Um guarda municipal, durante fiscalização preventiva em logradouro público, abordou comerciante que ocupava irregularmente parte da calçada. Embora soubesse que a aplicação de determinadas sanções administrativas competia a outro setor municipal, afirmou que poderia impedir o funcionamento da atividade e exigiu quantia em dinheiro para deixar de adotar providências contra o estabelecimento. O comerciante, receando prejuízos, efetuou o pagamento. Posteriormente, constatou-se que o agente não possuía competência específica para aplicar a sanção anunciada, mas havia utilizado a autoridade associada ao cargo para formular a exigência. A respeito da tipificação penal da conduta, é correto afirmar que:

- a) A ausência de competência para aplicar a sanção anunciada afasta a concussão, pois o crime exige que o agente possua atribuição legal específica para praticar o ato utilizado como fundamento da exigência.
- b) A exigência de vantagem indevida caracteriza corrupção passiva, uma vez que a ausência de competência administrativa transforma o comportamento em solicitação de vantagem relacionada à função.
- c) A conduta caracteriza excesso de exação, pois toda cobrança irregular realizada por funcionário público durante atividade fiscalizatória corresponde à exigência indevida de tributo.
- d) A configuração de crime funcional depende da efetiva prática do ato administrativo anunciado, sendo insuficiente a utilização da condição de agente público para exigir vantagem.
- e) A conduta pode configurar concussão, pois a exigência de vantagem indevida foi realizada em razão da função pública, ainda que o agente não possuísse atribuição específica para executar a providência anunciada.

35. Durante atendimento em unidade municipal de saúde, integrantes da Guarda Municipal determinaram que um cidadão se afastasse da entrada principal para permitir a circulação de pacientes. O indivíduo respondeu de maneira exaltada, mas não portava arma, não investiu contra os agentes e não apresentava risco concreto e imediato à integridade de terceiros. Apesar da existência de alternativas operacionais menos gravosas, um guarda utilizou instrumento de menor potencial ofensivo, provocando lesões corporais. Considerando os princípios aplicáveis ao uso da força e a responsabilidade civil estatal, examine as proposições.

- I. A classificação de determinado instrumento como de menor potencial ofensivo não dispensa a observância dos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e moderação.
- II. A responsabilidade civil objetiva do Município exige demonstração de dolo ou culpa do guarda municipal, pois o art. 37, § 6º, da Constituição Federal condiciona a obrigação estatal de indenizar à comprovação de responsabilidade subjetiva do agente.
- III. A responsabilização objetiva do Município perante a vítima não impede o exercício do direito de regresso contra o agente responsável, desde que demonstrados dolo ou culpa e os demais pressupostos legais.

IV. A resistência exclusivamente verbal autoriza o emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo sempre que a intervenção ocorrer em estabelecimento público de saúde, ainda que existam meios menos gravosos adequados.

V. A avaliação da legitimidade do uso da força deve considerar os riscos concretamente identificados, a necessidade da intervenção, sua intensidade e a existência de alternativas adequadas menos lesivas.

A sequência correta é:

- a) V – V – F – F – V.
- b) V – F – V – F – V.
- c) F – V – V – F – V.
- d) V – F – F – V – V.
- e) F – F – V – V – V.

36. Durante patrulhamento nas imediações de um estabelecimento comercial, guardas municipais foram acionados após a subtração de mercadorias. O autor havia retirado os produtos do estabelecimento sem violência ou grave ameaça e, ao perceber que era perseguido imediatamente por um funcionário, desferiu-lhe um golpe para impedir a recuperação dos bens. A agressão causou lesão corporal leve, permitindo que o indivíduo continuasse a fuga com os objetos. Poucos minutos depois, durante perseguição ininterrupta, foi alcançado pelos guardas, que recuperaram integralmente as mercadorias. À luz do Código Penal e das disposições processuais relativas à prisão em flagrante, qual conclusão é juridicamente adequada?

- a) O fato constitui furto consumado em concurso material com lesão corporal leve, pois a violência posterior à retirada dos bens não pode integrar a tipificação do crime patrimonial.
- b) Configura-se roubo próprio, uma vez que a violência empregada durante a perseguição retroage juridicamente ao momento da subtração.
- c) A conduta caracteriza roubo impróprio, pois a violência foi empregada logo após a subtração para assegurar a detenção da coisa, sendo admissível a prisão em flagrante nas circunstâncias descritas.
- d) A recuperação integral dos objetos antes da obtenção de posse tranquila impede a consumação do crime patrimonial, caracterizando tentativa de roubo impróprio.
- e) A prisão em flagrante somente poderia ser realizada pelos guardas municipais mediante autorização da autoridade policial responsável pela investigação do delito.

37. Uma equipe da Guarda Municipal foi acionada para atender mulher que relatou ameaças reiteradas praticadas pelo ex-companheiro. Segundo a vítima, o autor comparecia sem autorização ao seu local de trabalho, encaminhava mensagens intimidatórias e afirmava que lhe causaria grave mal caso ela mantivesse o término do relacionamento. A mulher informou não possuir medida protetiva anterior e demonstrou receio de procurar a polícia em razão de sua dependência econômica. Com base na Lei nº 11.340/2006, examine as afirmações.

- I. As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente da tipificação penal da violência, da



existência de inquérito policial, do ajuizamento de ação penal ou cível e do registro de boletim de ocorrência.

II. A dependência econômica constitui requisito necessário para a concessão de medidas protetivas quando a violência relatada não envolve agressão física.

III. As medidas protetivas de urgência devem vigorar enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.

IV. A inexistência de agressão física impede o reconhecimento de violência doméstica e familiar para os fins da Lei Maria da Penha, ainda que demonstradas ameaças e perseguições reiteradas.

V. O atendimento deve observar a proteção da integridade da vítima, evitando procedimentos que produzam revitimização e assegurando os encaminhamentos legalmente cabíveis à rede de proteção.

Assinale a sequência correta.

- a) V – V – F – F – V.
- b) F – F – V – F – V.
- c) V – F – F – V – V.
- d) F – V – V – F – V.
- e) V – F – V – F – V.

38. Um Município pretende regulamentar procedimentos internos relacionados ao porte de arma de fogo pelos integrantes de sua Guarda Municipal. A proposta estabelece requisitos de capacitação, avaliação periódica e mecanismos de controle, além de prever situações de suspensão do porte. Durante a discussão, foi apresentada interpretação segundo a qual o reconhecimento constitucional das Guardas Municipais como integrantes do sistema de segurança pública dispensaria os requisitos federais para o exercício da prerrogativa. Considerando a Lei nº 10.826/2003, a Lei nº 13.022/2014 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, examine as proposições.

I. O reconhecimento da prerrogativa funcional de porte de arma de fogo não dispensa o atendimento das condições legais e regulamentares aplicáveis ao seu exercício.

II. A quantidade de habitantes do Município constitui, por si só, critério constitucionalmente válido para restringir o porte de arma de fogo dos guardas municipais, mesmo quando atendidos os demais requisitos exigíveis.

III. O Estatuto Geral das Guardas Municipais prevê a suspensão do direito ao porte de arma de fogo em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.

IV. A integração das Guardas Municipais ao sistema de segurança pública afasta a exigência de formação específica para utilização de armamento funcional, desde que o servidor tenha concluído o curso inicial de ingresso na carreira.

V. A autorização funcional para portar arma de fogo não afasta a responsabilidade administrativa, civil e penal decorrente de utilização ilícita ou abusiva do armamento.

É correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II e V.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, III e V.

e) II, IV e V.

39. Durante atendimento a uma ocorrência, integrantes da Guarda Municipal realizaram a prisão em flagrante de um indivíduo. Após a contenção, quando o preso já não apresentava resistência, o responsável pela equipe, movido por satisfação pessoal e pelo propósito de humilhá-lo perante os presentes, empregou grave ameaça para obrigá-lo a permanecer ajoelhado e a proferir declarações depreciativas sobre si mesmo. O procedimento não tinha finalidade de segurança, identificação ou preservação de provas. À luz da Lei nº 13.869/2019, a conduta descrita:

- a) Configura exclusivamente infração disciplinar, pois a incidência da Lei de Abuso de Autoridade depende de lesão corporal comprovada.
- b) Pode caracterizar o crime previsto no art. 13, inciso II, da Lei nº 13.869/2019, pois o agente constrangeu pessoa presa, mediante grave ameaça, a submeter-se a situação vexatória não autorizada em lei, com a finalidade específica exigida pela legislação.
- c) Somente poderia configurar abuso de autoridade se a prisão inicial fosse ilegal, uma vez que a custódia regularmente efetuada afasta a tipicidade de constrangimentos posteriores.
- d) Não se enquadra na Lei de Abuso de Autoridade, pois seus tipos penais somente alcançam agentes responsáveis por atividades de investigação criminal ou pela administração de estabelecimentos prisionais.
- e) Exige demonstração de finalidade de obtenção de vantagem econômica, não sendo suficiente o propósito deliberado de humilhar o custodiado por satisfação pessoal.

40. Durante operação preventiva em área de grande circulação, uma equipe da Guarda Municipal estabeleceu bloqueio temporário de veículos. Um motorista desobedeceu à ordem de parada e acelerou para ultrapassar a sinalização, seguindo por via desimpedida. Os agentes verificaram que o automóvel não avançava contra pessoas ou outros veículos e que não havia, naquele momento, circunstâncias concretas indicativas de risco de morte ou lesão aos agentes ou a terceiros. Um dos guardas propôs efetuar disparos contra o veículo para impedir a fuga, argumentando que a desobediência ao bloqueio seria suficiente para justificar o emprego da arma de fogo. Considerando a Lei nº 13.060/2014, indique a alternativa incorreta.

- a) O descumprimento de ordem de parada não autoriza automaticamente o emprego de arma de fogo, devendo ser examinados os riscos concretos apresentados pela situação.
- b) A necessidade e a proporcionalidade da intervenção devem ser avaliadas a partir das circunstâncias efetivamente verificadas, não bastando a presunção abstrata de periculosidade decorrente da fuga.
- c) A utilização de arma de fogo contra veículo que desrespeita bloqueio pode ser legítima quando o ato representar risco de morte ou lesão aos agentes de segurança pública ou a terceiros, observados os demais requisitos jurídicos aplicáveis.



d) A finalidade de impedir a fuga deve ser considerada juntamente com os limites legais do uso da força, não sendo suficiente para justificar, isoladamente, disparos potencialmente letais.

e) A desobediência deliberada ao bloqueio viário constitui fundamento suficiente para legitimar disparos contra o veículo, mesmo sem risco concreto de morte ou lesão, desde que o objetivo seja impedir a fuga.

41. Durante patrulhamento nas proximidades de uma escola municipal, guardas municipais presenciaram dois adolescentes, ambos com dezesseis anos de idade, subtraindo o aparelho celular de um estudante mediante grave ameaça exercida com uma faca. Após a intervenção, os adolescentes foram contidos, e o objeto foi recuperado. Um deles solicitou que sua família fosse imediatamente informada da apreensão. Ao discutirem os procedimentos cabíveis, os integrantes da equipe divergiram sobre a autoridade responsável pelo recebimento dos adolescentes, as comunicações obrigatórias e a possibilidade de liberação. Considerando a Lei nº 8.069/1990, qual providência atende às exigências legais?

a) Encaminhar os adolescentes à autoridade policial competente, observando as garantias legais, a comunicação imediata da apreensão à autoridade judiciária e à família ou pessoa indicada, a formalização do procedimento cabível e o exame da possibilidade de liberação, nos termos do ECA.

b) Apresentar os adolescentes inicialmente ao Conselho Tutelar, que poderá determinar sua manutenção em privação de liberdade até a manifestação do Ministério Público, dispensando-se a apresentação à autoridade policial.

c) Manter os adolescentes em dependência destinada a adultos pelo prazo necessário à conclusão da ocorrência, desde que a gravidade do ato infracional justifique a medida e haja vigilância permanente.

d) Comunicar a apreensão exclusivamente à família, uma vez que a recuperação integral do objeto subtraído dispensa a comunicação imediata à autoridade judiciária.

e) Substituir obrigatoriamente o auto de apreensão por boletim de ocorrência circunstanciado, pois a lavratura daquele documento depende da ocorrência de lesão corporal efetiva.

42. Uma equipe da Guarda Municipal foi a primeira a chegar ao local de um homicídio ocorrido em praça pública. Os agentes encontraram a vítima caída ao solo, uma arma de fogo próxima ao corpo e outros objetos aparentemente relacionados ao fato. Após providenciarem o acionamento dos serviços competentes e verificarem as condições de segurança, realizaram o isolamento da área para evitar interferências indevidas nos vestígios. Antes da chegada da perícia, surgiu divergência quanto ao momento de início da cadeia de custódia e à possibilidade de manipulação dos objetos encontrados. Com fundamento nos arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal, analise as assertivas.

I. A cadeia de custódia compreende o conjunto de procedimentos utilizados para manter e documentar a história

cronológica do vestígio, permitindo rastrear sua posse e seu manuseio desde o reconhecimento até o descarte.

II. O reconhecimento constitui etapa da cadeia de custódia e corresponde ao ato de distinguir um elemento como potencialmente relevante para a produção da prova pericial.

III. A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que lhes dará o encaminhamento necessário à central de custódia, mesmo quando forem necessários exames complementares.

IV. A cadeia de custódia somente se inicia após o recebimento formal do vestígio pela central de custódia, razão pela qual os procedimentos de reconhecimento, isolamento e fixação não integram sua documentação.

V. O agente público que reconhecer elemento de potencial interesse para a produção da prova pericial poderá dispensar sua preservação inicial quando houver previsão de registro fotográfico posterior, desde que o objeto permaneça no mesmo ambiente.

É correto o que se afirma apenas em:

a) I, II e IV.

b) II, III e V.

c) I, II e III.

d) I, III e V.

e) II, IV e V.

43. Durante evento cultural promovido pelo Município, uma pessoa com deficiência visual compareceu acompanhada de familiar que a auxiliava na locomoção e na comunicação com os servidores responsáveis pelo acesso ao local. Ao solicitar atendimento prioritário, foi informada de que o acompanhante deveria permanecer na fila comum, embora sua presença fosse necessária para prestar assistência durante o atendimento. Na mesma ocasião, uma pessoa com deficiência auditiva solicitou recurso de comunicação acessível, mas o responsável recusou a providência, afirmando que o tratamento igualitário exigiria a utilização do mesmo procedimento de atendimento para todos os participantes. Considerando a Lei nº 13.146/2015, assinale a interpretação juridicamente adequada.

a) A extensão do atendimento prioritário ao acompanhante somente é admissível quando houver incapacidade civil da pessoa com deficiência, formalmente reconhecida por decisão judicial.

b) A prioridade de atendimento pode alcançar o acompanhante ou atendente pessoal, nos limites estabelecidos pela legislação, enquanto a recusa injustificada de adaptações razoáveis ou recursos de acessibilidade pode caracterizar discriminação em razão da deficiência.

c) A disponibilização de recursos diferenciados de comunicação constitui faculdade administrativa, pois a igualdade constitucional exige procedimentos uniformes, independentemente das necessidades individuais.

d) A recusa de adaptação razoável somente poderá caracterizar discriminação quando demonstrada intenção específica de prejudicar a pessoa com deficiência, não bastando o efeito restritivo da conduta.

e) O atendimento prioritário estendido ao acompanhante restringe-se aos serviços de saúde e às situações de



emergência, não alcançando atividades culturais ou administrativas abertas ao público.

44. Após período de chuvas intensas, a Defesa Civil municipal identificou sinais de instabilidade em encosta ocupada por diversas famílias. Relatório técnico apontou risco elevado de deslizamento, embora não fosse possível determinar com precisão o momento de eventual ruptura do terreno. O órgão responsável recomendou a evacuação preventiva das residências mais expostas, o monitoramento da área e a preparação de abrigo provisório. Alguns moradores questionaram a adoção das medidas antes da ocorrência de desastre, enquanto a Administração discutia a mobilização da Guarda Municipal para apoiar o isolamento da área e a orientação das famílias. Considerando a Lei nº 12.608/2012 e a Lei nº 13.022/2014, examine as proposições.

I. A incerteza quanto à efetiva ocorrência de desastre não impede a adoção de medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

II. Compete aos Municípios vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando cabível, a intervenção preventiva e a evacuação da população de áreas de alto risco ou edificações vulneráveis.

III. A atuação municipal em proteção e defesa civil somente poderá alcançar a fase de resposta após o reconhecimento formal de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

IV. A organização e a administração de abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre integram as competências municipais, observadas condições adequadas de higiene e segurança.

V. O apoio da Guarda Municipal às ações preventivas de proteção e defesa civil exige, em qualquer circunstância, decretação prévia de estado de calamidade pública.

A conclusão correta é:

- a) Somente I, III e IV são verdadeiras.
- b) Somente II, III e V são verdadeiras.
- c) Somente I, II e IV são verdadeiras.
- d) Somente I, IV e V são verdadeiras.
- e) Somente II, IV e V são verdadeiras.

45. Um guarda municipal responsável pelo controle de acesso a instalações administrativas deixou de observar procedimento interno de identificação de visitantes. A apuração demonstrou que o servidor conhecia a regra, mas, diante de circunstância excepcional de atendimento, adotou procedimento inadequado por acreditar, equivocadamente, que poderia flexibilizá-la. Não foram identificados recebimento de vantagem, favorecimento deliberado, dano patrimonial ou finalidade de obtenção de benefício indevido para si ou para terceiros. A autoridade administrativa sustentou que o descumprimento consciente de procedimento interno seria suficiente para caracterizar improbidade por ofensa aos princípios da Administração Pública. Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

a) A conduta descrita não configura, pelos elementos apresentados, ato de improbidade administrativa, pois não se demonstraram os requisitos legais de tipicidade e dolo exigidos para essa responsabilização, sem prejuízo de eventual infração disciplinar.

b) A violação consciente de procedimento administrativo caracteriza automaticamente improbidade por ofensa aos princípios, ainda que inexistente finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido.

c) A ausência de dano patrimonial impede qualquer responsabilização do servidor, inclusive disciplinar, pois a legislação de improbidade estabelece os requisitos gerais de todas as sanções funcionais.

d) A irregularidade deve ser enquadrada como improbidade causadora de lesão ao erário, uma vez que o descumprimento de procedimento de segurança constitui dano patrimonial presumido.

e) A configuração de improbidade por violação aos princípios depende exclusivamente da voluntariedade da conduta, sendo dispensável sua subsunção a hipótese legalmente tipificada.

46. Durante patrulhamento em praça pública, uma equipe da Guarda Municipal foi acionada para atender um homem adulto que havia perdido subitamente a consciência. Após verificarem a segurança do local, os agentes constataram ausência de resposta aos estímulos e movimentos respiratórios esporádicos, característicos de respiração agônica. Um dos guardas, capacitado em suporte básico de vida e especificamente treinado para avaliação de pulso, iniciou a abordagem conforme protocolo profissional, enquanto outro acionou o serviço de emergência e solicitou um desfibrilador externo automático (DEA). Considerando as diretrizes de ressuscitação cardiopulmonar aplicáveis ao atendimento inicial de adultos, qual conduta está tecnicamente adequada?

a) A respiração agônica deve ser interpretada como ventilação espontânea suficiente, recomendando-se posicionar a vítima lateralmente e aguardar a chegada do atendimento especializado.

b) A ausência de responsividade associada à respiração agônica sugere parada cardiorrespiratória; o socorrista treinado deve avaliar simultaneamente respiração e pulso por até dez segundos e, não identificando pulso definido, iniciar compressões torácicas de alta qualidade, utilizando o DEA assim que disponível.

c) A presença de movimentos respiratórios, ainda que esporádicos e ineficazes, impede o reconhecimento de parada cardiorrespiratória até a cessação completa da movimentação torácica.

d) A utilização do DEA deve ocorrer somente após cinco ciclos completos de ressuscitação cardiopulmonar, pois a desfibrilação anterior compromete a eficácia das compressões iniciais.

e) A ausência de resposta associada à respiração agônica exige inicialmente ventilação de resgate isolada, ficando as compressões condicionadas à confirmação instrumental da ausência de atividade cardíaca.



47. Durante inspeção preventiva em prédio administrativo municipal, guardas municipais identificaram princípio de incêndio em sala que continha documentos arquivados, quadro elétrico energizado e recipientes com líquido inflamável utilizado em manutenção. A equipe acionou o protocolo de emergência, iniciou a evacuação e avaliou as condições de segurança para eventual combate inicial, sem ingressar em ambiente tomado pela fumaça. Considerando a classificação dos incêndios, a seleção dos agentes extintores e os procedimentos de segurança, analise as afirmações.

I. Incêndios envolvendo materiais sólidos combustíveis, como papel e madeira, são classificados, em regra, como classe A, podendo a água apresentar eficácia por resfriamento, desde que sua utilização não introduza riscos adicionais.

II. Incêndios envolvendo líquidos inflamáveis são classificados como classe B, podendo o dióxido de carbono ser empregado em determinadas situações, observadas as características e limitações do agente extintor.

III. Incêndios envolvendo equipamentos elétricos energizados são classificados como classe C, devendo a escolha do agente extintor considerar a condição de energização e a segurança elétrica.

IV. A presença simultânea de materiais sólidos combustíveis e equipamentos elétricos energizados transforma o incêndio em classe D, exigindo exclusivamente agentes extintores destinados a metais combustíveis.

V. O combate inicial com extintores portáteis pressupõe condições seguras, equipamento adequado, capacitação compatível e possibilidade de retirada, não substituindo o alarme, a evacuação e o acionamento dos serviços especializados.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, III e V, apenas.
- d) I, II, III e V, apenas.
- e) II, III, IV e V, apenas.

48. Durante operação integrada de segurança urbana, uma equipe da Guarda Municipal elaborou registro de ocorrência contendo dados de identificação de pessoa abordada, relatos de testemunhas, imagens de videomonitoramento e informações relativas à condição de saúde de uma das pessoas envolvidas. Posteriormente, um integrante da corporação encaminhou cópia integral do documento a grupo informal de mensagens composto por servidores municipais sem atribuições relacionadas à ocorrência. O agente justificou a divulgação afirmando que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não se aplica ao tratamento de informações para fins de segurança pública. Considerando a Constituição Federal e a Lei nº 13.709/2018, a interpretação juridicamente adequada é:

a) A exclusão das atividades de segurança pública do âmbito de aplicação da LGPD elimina as restrições constitucionais à divulgação de informações obtidas durante atividade funcional regularmente exercida.

b) O compartilhamento de dados entre servidores vinculados à mesma pessoa jurídica de direito público presume-se legítimo, independentemente da finalidade, desde que as informações tenham origem institucional.

c) A exclusão prevista no art. 4º, inciso III, da LGPD, relativa ao tratamento para fins exclusivos de segurança pública, não constitui autorização irrestrita para divulgação de informações pessoais, permanecendo exigível a observância dos direitos fundamentais, dos limites legais e das finalidades legítimas do tratamento.

d) A presença de dados relacionados à saúde torna absolutamente proibido qualquer tratamento dessas informações no contexto de atividades de segurança pública, inclusive quando necessário à proteção da vida.

e) A divulgação informal de registros funcionais somente poderá gerar responsabilização quando demonstrado prejuízo patrimonial ao titular dos dados, sendo insuficiente a exposição indevida de informações pessoais.

49. Durante atendimento a ocorrência em estabelecimento comercial, um homem apresentou aos integrantes da Guarda Municipal uma carteira de identidade materialmente autêntica, regularmente expedida por órgão público, mas pertencente a seu irmão, com quem possuía grande semelhança física. O documento foi apresentado como se fosse do próprio abordado, com a finalidade de evitar sua identificação verdadeira. Questionado pelos agentes, o indivíduo confirmou verbalmente os dados constantes do documento, sem realizar qualquer adulteração material ou inserir declaração falsa em documento público ou particular. A fraude foi identificada após consulta aos sistemas disponíveis. Considerando os crimes contra a fé pública previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) A utilização de documento autêntico pertencente a terceiro configura falsificação de documento público, pois a apresentação como próprio equivale à alteração material do documento.

b) A conduta caracteriza necessariamente uso de documento falso, previsto no art. 304 do Código Penal, uma vez que a identidade declarada não corresponde à do verdadeiro portador.

c) O comportamento configura exclusivamente falsa identidade, prevista no art. 307 do Código Penal, pois a autenticidade material do documento impede a incidência de outro tipo penal contra a fé pública.

d) A conduta se amolda, em tese, ao art. 308 do Código Penal, que incrimina o uso, como próprio, de documento de identidade alheio, não se confundindo com a falsificação material do documento nem sendo automaticamente substituída pelo enquadramento como falsa identidade em razão da declaração verbal correspondente.

e) O crime somente se configura se houver obtenção efetiva de vantagem patrimonial, sendo insuficiente a utilização do documento para impedir a identificação verdadeira.

50. Um Município pretende ampliar a atuação de sua Guarda Municipal em ações de segurança urbana,



fiscalização de trânsito e proteção preventiva de espaços públicos. Durante a análise jurídica da proposta, discutiu-se a possibilidade de atribuição de competências administrativas de trânsito, aplicação de sanções e realização de policiamento comunitário, considerando os limites constitucionais e legais da instituição. Com fundamento na Constituição Federal, na Lei nº 13.022/2014, no Código de Trânsito Brasileiro e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, examine as assertivas.

I. O exercício de competências de trânsito pelas Guardas Municipais encontra previsão no Estatuto Geral das Guardas Municipais, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, podendo decorrer de atribuição legal ou de atuação conveniada, conforme a disciplina normativa aplicável.

II. O reconhecimento da constitucionalidade do poder de polícia de trânsito pelas Guardas Municipais implica transferência automática de todas as competências administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, independentemente da organização municipal e dos requisitos legais correspondentes.

III. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da atribuição às Guardas Municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas, respeitados os limites de competência.

IV. A possibilidade de atuação das Guardas Municipais em ações de segurança urbana, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, não autoriza o exercício das funções constitucionalmente atribuídas à polícia judiciária.

V. A competência geral de proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município impede a atuação preventiva das Guardas Municipais em situações relacionadas diretamente à proteção de pessoas, ainda que compatíveis com as atribuições legalmente estabelecidas.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, II e V.
- d) I, IV e V.
- e) I, III e IV.

